

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**CONSELHO SUPERIOR**

**Reunião ordinária de 23 de maio de 2023**

**Ata 03/2023**

Na data acima citada, o Conselho Superior do IF Sul reuniu-se ordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da web conferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alexandre Pitol Boeira, Alexandre Escuto, Alissandra Hampel, Ana Paula Silva, Anderson Araújo, Arthur Bittencourt, Berenice Silva, Bianca Kraemer, Carlos Jesus Correa, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Schwabe, Cyro Castro Junior, Daniela Curcio, Daniella Schulz, Diego Serra, Diogo Bica, Eduardo Soares, Eugênia Oliveira, Everton Felix, Fábio Roberto Lemes, Felipe Monteblando, Fernanda Muller, Francilon Simões, Gabriel Almeida, Geovane Griesang, Giulia D'Avila Vieira, Itamar Hammes, Jeferson Fernando Wolff, João Pereira, John Anderson Costa, José Vitor Silva, Lauro Borges Jr, Liniquer Cardoso, Lucas Vanini, Magda Santos, Manoel Porto Jr, Marcelo Borba, Marcelo Kwecko, Marcio Estrela de Amorim, Marco Antônio Vaz, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcos Schvants, Marcus Eduardo Ribeiro, Marcus Neves, Maristani Sppannenberg, Marta Tessamnn, Max Gonçalves, Moisés Beck, Osni Rodrigues, Paula Bitencourt, Paulo Leite, Rafael Bastos, Raissa Brum, Ranice Pozzer, Rodrigo Nascimento, Rosane Bom, Ruhan Conceição, Ruti Ângela Barbosa, Thiago Giusti, Tiaraju Andreazza, Tomaz Souza, Vanilda Macedo, Vitor Dias, Willian Menezes e Willian Sperb. Justificaram a não participação Josiela Cavalheiro e Meirelis Oliveira. Intérpretes Francine e Mônica. Dando início às atividades, o presidente **EMPOSSOU** os representantes do Câmpus Pelotas e das Entidades Sindicais. A seguir, pediu autorização para antecipar as pautas 13 e 20, concedidas e levou à apreciação **AS ATAS 01 e 02/2023** que, colocadas em votação foram **aprovadas**, como segue:

Aprovação das Atas 01 e 02:

**Sim:38**

Não: 0

Abstenções: 4

Conselheira Marta Tessmann explicou não ter votado por problemas na internet. Continuando, foram colocadas em apreciação **as PORTARIAS IFSUL AD REFERENDUM NºS 117** (calendário Câmpus Avançado Jaguarão), **118** (calendário câmpus Jaguarão), **119** (calendário Câmpus Sapucaia do Sul), **120** (calendário Câmpus Venâncio Aires) e **121** (calendário Câmpus Sapiranga). Não havendo manifestações, foram **aprovadas** como segue:

Aprovação das portarias **ad referendum** – pautas 3 a 7:

**Sim:40**

Não: 0

Abstenções: 2

A servidora Alissandra Hampel justificou as quatro alterações desejadas para implantar na **ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO CÂMPUS BAGÉ**, especialmente relacionadas ao

processo avaliativo dos estudantes. Não havendo manifestações, a proposta foi levada à votação e **aprovada**, como segue:

Aprovação da alteração da OD Câmpus Bagé

**Sim: 37**

Não: 0

Abstenções: 6

A diretora da DEPEI, Rosane Bom e a servidora Eugênia Oliveira apresentaram a **POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E VIOLÊNCIAS DO IFSUL**. Salientou que foi construída com a participação da comunidade. Traz a proposta de núcleos. Cada câmpus terá seu núcleo de prevenção e enfrentamento a assédios e violências (NUPAVE); um núcleo central, ligado à PROEN. A finalidade dos núcleos é acolhimento, escuta, orientações e encaminhamentos. Conselheiro Osni Rodrigues solicitou que, no artigo 10, seja acrescido assento para a representação do Sinasefe. Conselheiros defenderam que fosse para a representação sindical e não Sinasefe, uma vez que há servidores vinculados a outras representações. Argumentado que o Sinasefe é a única entidade que defende as duas categorias de servidores. Concluídas as discussões, as propostas foram levadas à votação. Primeiramente, foi votada a redação do artigo, que teve **aprovada a inclusão de um item**, como segue:

Artigo 10

Manter a redação original: 5

**Incluir item: 33**

Abstenções: 3

A seguir, foi votado como seria a nomenclatura da inclusão do item, se representação sindical ou **Sinasefe**, sendo **aprovada a inclusão** deste.

Inclusão do item X

**Sinasefe: 24**

Representação sindical: 14

Abstenções: 4

Em relação ao artigo 13, o conselheiro Fábio Lemes sugeriu mudar a redação para não divergir do Estatuto. Esclarecido que o **caput** do artigo respalda que a definição é específica para esta política, houve concordância em que fosse mantida a redação original, sem necessidade de votação. Não havendo mais questões a serem discutidas, a **Política** foi levada à votação e **aprovada**, como segue:

Aprovação da Política de enfrentamento ao assédio e violências do IFSul

**Sim: 40**

Não: 0

Abstenções: 0

O presidente solicitou empenho para colocar a política em prática. Salientou ter sido um grande passo institucional, tendo muitos ainda a serem dados. Diretora Rosane Bom convidou para o lançamento do programa IFSUL inclusivo, dia 26, às 14 horas, na Sala dos Conselhos, com transmissão pelo IFSul transmissões. A seguir, o conselheiro Felipe Montebianco abordou o **REDIMENSIONAMENTO DO PLANO DE CARGOS DOS TAEs**, apresentando, em lâminas, os dados da distribuição dos Técnicos entre os câmpus e o modelo ideal, com o objetivo de buscar a proporcionalidade percentual, como garantia de melhor operacionalização da capacidade de trabalho. A intenção é discutir a situação em nível de Conselho ou chegar a uma resolução do Conselho para regramento da distribuição. O presidente esclareceu que a Portaria 713/2021 atualizou o quadro de

distribuição dos servidores, alterando Novo Hamburgo para câmpus intermediário. A distribuição é liberada na medida da implantação dos câmpus; nenhum dos câmpus novos atingiu o número de 45 TAEs; os câmpus mais antigos têm maior número por terem passado um período de mais liberação de vagas; desde 2016 não há liberação de vagas; os quadros de referência dos TAEs têm limites para servidores dos diversos níveis; hoje está com uso integral nos níveis E (superior) e C (ensino médio). No nível D há espaço para receber novos códigos de vaga, mas o MEC não tem os cargos que precisamos (auxiliar de administração). Há necessidade de aumento dos números do quadro de referência. MEC tem apontado para recomposição e consolidação da Rede, abrangendo pessoal e infraestrutura. Para docentes há perspectiva melhor em curto prazo para aumento do banco e dos códigos de vaga; em relação aos TAEs, será necessária a criação dos códigos de vaga necessários (assistente de aluno e de administração). Para docentes, existem 3.997 códigos no MEC. Para TAEs, há exigência de portaria interministerial e também de lei aprovada no Congresso, o que não deverá ocorrer neste ano. Quando chegarem as vagas, o CODIR reunir-se-á para fazer o processo de distribuição, visando a equalização e redução das diferenças. Conselheiros representantes do CODIR manifestaram as preocupações e problemas ocorridos em seus câmpus pela insuficiência do número de servidores, pois os existentes não conseguem dar conta das demandas, ficam sobrecarregados, impossibilitando o atendimento necessário e desejado à comunidade. Conselheiro Carlos Correa salienta a necessidade de fazer uma análise qualitativa e não só quantitativa. Conselheiro Fábio Lemes considera necessário TAEs para funções específicas. Conselheiro Francilon Simões solicitou o número atualizado dos TAEs nos câmpus e manifestou preocupação que o teletrabalho fragilize o direito às 30 horas. Conselheiro Everton Felix sugeriu carta de apoio ao que tem sido discutido na eTEC-Sul, ou de pedido de ajuda. Internamente, discutir o atendimento aos câmpus que têm déficit maior e discutir as políticas que causadoras desse cenário. Conselheiro Osni Rodrigues considera a política nacional desfavorável, considera que cargos de nível A e B que estão em extinção e em processo de terceirização. Sugeriu a reativação da Comissão Nacional de Supervisão (CNS) para discutir a força de trabalho dos TAEs no IFSul e auxiliar na discussão e no redimensionamento. Conselheiro Felipe Monteblanco vê duas questões se mesclando: a distribuição dos TAEs e a situação que se vive, abaixo do ideal e também a distribuição interna. Pró-reitor Thiago Giusti esclareceu que a Comissão Interna de Supervisão (CIS) está em processo de recomposição e convidou TAEs (dois) para a comissão que deverá atualizar o regulamento, aprovar no Conselho e promover eleição, permitindo que faça parte da CNS. Presidente lembrou que remoção ou redistribuição por saúde são fatores que geram distorções. Discorda da necessidade de regulamentação interna, defendendo a distribuição de vagas pelo Codir, uma vez que os gestores são eleitos para fazer isso, defendendo os interesses de seus câmpus, dentro do contexto das necessidades de cada um dos quatorze câmpus que também são colocadas na mesa. Conselheiro Felipe Monteblanco disse que esta pauta tem uma questão muito particular do Câmpus Santana do Livramento e que hoje foi um dado um passo importante na discussão do tema, considerando possível retirar a votação e continuar a discussão em outros momentos. A presidente do Comitê, Ana Paula Silva abordou o **PARECER TÉCNICO DO COMITÊ 19**. Relatou que os números apresentam decréscimo tanto na ocorrência de casos como de óbitos e desaceleração do contágio. Em 05 de maio OMS declarou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à Covid-19, o

que já havia acontecido no Brasil no fim do ano passado. Ainda persiste o status de pandemia, devendo ser mantida análise periódica da situação da doença. NO IFSul, seguem as recomendações vigentes, passando a observar se as estruturas instituídas precisam ser mantidas. Necessidade de cuidado com o aumento das doenças respiratórias relativas ao inverno. Salientou a liberação da vacina bivalente para todas as idades e da importância de completar o ciclo vacinal, inclusive influenza. Levado à votação, o **Parecer foi aprovado**, como segue:

Aprovação Parecer Comissão COVID-19

**Sim: 36**

**Não: 0**

**Abstenções: 1**

O conselheiro Moisés Beck abordou a **OBRIGATORIEDADE DE 4 DIAS SEMANAIS PARA DOCENTES**. Explicou que o câmpus vinha adotando 3 dias semanais e a aprovação dos 4 dias representa um retrocesso, necessita ser revista e entende que a decisão deveria estar na autonomia de cada câmpus. O presidente resgatou os concursos para TAEs, hoje por câmpus, mostrando que procuravam servidores naquele câmpus, evitando remoções e redistribuições; do mesmo modo, precisa docentes naquele câmpus, presentes efetivamente na instituição. Ficou a cargo dos gestores dos câmpus a definição dos dias mínimos presenciais; agora começaram a haver manifestações por causa das diferenças, chegando ao Codir, onde vem sendo discutida há algum tempo, até chegar à definição. A maioria dos docentes não faz 3 dias, isso acontece nos câmpus onde é mais difícil fixar o servidor. Lembrou que a maioria dos docentes tem 40 horas com DE, fazendo 24 horas relógio dentro da instituição e as demais em local de livre escolha. No Codir foi colocada a necessidade de ter uma presença maior e mais espalhada nos câmpus durante a semana. As discussões vêm no sentido de padronizar, mas ainda permitindo que o gestor possa entender os argumentos e situações do docente para que ele possa fazer o cumprimento em 3 dias. A gestão vai avaliar caso a caso, a partir das justificativas do servidor. O ouvir no Codir servirá de base para que a Progep emita uma IN; após a emissão haverá um prazo de quatro a seis meses para entrar em vigor. Conselheiros Manoel Porto Jr, Francilon Simões e Tomaz Souza lembraram que ensino, pesquisa e extensão podem ser feitos em vários espaços e os docentes têm múltiplas exigências e cobranças; consideram difícil definir no Conselho. Este tem que ser discutido com a comunidade, pois os docentes consideram que lhes está sendo retirado um direito; se houver padrão, defende mínimo de 3 dias. Conselheiro Fábio Lemes considerou que algumas questões precisam ter um olhar institucional e resolver nos câmpus nem sempre é a melhor solução. Conselheiro Celso Gonçalves entende ser um assunto difícil mas precisa enfrentar a situação; defende a presença do câmpus na cidade, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão e, não estando, precisa estar conectado; quem está no câmpus está fazendo várias atividades, porque a função docente não se limita a dar aulas. As atividades do câmpus só se constroem com a presença das pessoas. Conselheiro Tomaz Souza questiona medir a educação em horas, considerando um mecanismo de controle visando à precarização. Conselheiro Fábio Lemes lembrou que o importante é focar no perfil de rede que queremos; a presença no câmpus faz diferença, especialmente porque somos uma instituição de educação presencial. Após discussões, ficou definido que será discutido com Progep e Codir a melhor forma de encaminhamento. O conselheiro Moisés Beck abordou o **TELETRABALHO PARA DOCENTES**. Defendeu a forma parcial de trabalho para

os docentes, devendo haver revisão do RAD; pediu flexibilidade para que nos editais dos câmpus houvesse previsão de teletrabalho docente, em atividades não tão resumidas como as de gestão e as previstas em PPCs. Presidente ratificou que docentes já têm 16 horas para trabalhar em local de livre escolha e que, mesmo para TAEs, existem limitadores ao teletrabalho; que foi decisão da gestão implantar o teletrabalho da forma como foi feito, uma vez que durante a pandemia funcionou muito bem, mas precisava dos ajustes que o PGD trazia. Na parte administrativa tem havido bons retornos do teletrabalho. Na parte docente, entendeu que tinham que ser mantidas as 24 horas presenciais, ainda havendo a possibilidade de alterar o PPC do curso com a inclusão de alguma disciplina ou conteúdo a distância, se o respectivo Colegiado entendesse que esses seriam passíveis de teletrabalho por parte do professor, mas até agora não houve nenhum pedido de alteração nesse sentido. Conselheiro Francilon Simões considera fundamental discutir com os estudantes, para ver se concordam com essas alterações. Conselheira Daniela Curcio manifestou-se contrária ao teletrabalho, porque devemos pensar na sociedade como um todo. Quanto a alterações nos PPC lembrou que alunos inscritos para aulas presenciais muitas vezes não têm condições de ter aulas a distância; muitos alunos não estão preparados para isso. Conselheiro Manoel Porto Jr salientou que as 16 horas são garantia legal e propõe aguardar as mudanças da portaria 983, com a nova regulamentação. Conselheiro Osni Rodrigues disse ser necessário diferenciar teletrabalho do PGD, que vem precarizar as relações de trabalho e não está sendo construído democraticamente. Conselheiros que se opõem ao teletrabalho defendem o perfil da instituição que queremos, o tipo de ser humano queremos e o tipo de educação vamos oferecer, evitando a precarização, antes de pensar nos interesses pessoais. Presidente disse que a comissão do RAD deve continuar seu trabalho, mas aguardar um pouco para fechar a proposta do novo RAD. Ratificou que teletrabalho não significa não trabalhar e as atividades têm sido produtivas e bem realizadas. Que precisa tomar algumas decisões como gestor e implantar o PGD foi uma delas. Assumiu também que não irá propor nenhum tipo de alteração neste momento em relação ao teletrabalho docente. A seguir, foi proposta a **ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CÂMPUS CHARQUEADAS, não aprovada** por falta de quórum qualificada, como segue:

Aprovação alteração regimento interno Charqueadas

**Sim: 41 – (necessários 47 votos favoráveis)**

Não: 0

Abstenções: 0

A proposta deverá ser apresentada em próxima reunião. A seguir, o presidente colocou em apreciação os **PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS: SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM VITICULTURA E ENOLOGIA (CaVG), SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA (CaVG), SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Câmpus Gravataí), e SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRÔNOMICA (Câmpus Bagé)**. (pautas 14 a 17). Não havendo considerações, foram levados à votação e **aprovados**, como segue:

Aprovação PPCs pautas 14, 15, 16 e 17

**Sim: 41**

Não: 0

Abstenções: 1

Em continuidade, o presidente propôs a **ALTERAÇÃO DAS DATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DOS MESES DE SETEMBRO E NOVEMBRO**, uma vez que as datas definidas

anteriormente conflitam com eventos nacionais. Desse modo, propôs que a reunião de setembro seja alterada de 21 para 28 e a de novembro, antecipada de 10 para 1. Também propôs que a reunião de 28 de setembro seja presencial, em Pelotas. Colocadas em votação, as **alterações foram aprovadas**, como segue:

Alteração das datas de setembro (28 - presencial) e novembro (1)

**Sim: 35**

Não: 0

Abstenções: 3

A seguir foi avaliado o **REGULAMENTO DO ProfEPT**. Conselheiro Manoel Porto Jr explicou ser um mestrado em Rede, sediado no IFES, tem encontros nacionais e são 40 instituições ofertantes e precisa ser aprovado em todo o país. As alterações ocorrem para adequá-lo às ocorridas em nível nacional. Não havendo considerações foi levado à votação e **aprovado**, como segue:

Aprovação de alteração no Regulamento do ProfEPT

**Sim: 34**

Não: 0

Abstenções: 5

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após apreciada e aprovada será publicizada.